

A reforma agrária e as diferentes formas de produzir

La reforma agraria y diferente formas de producto

Agrarian Reform and different Forms of Produce

Janice Costa da Silva Fauro

janice_smi@hotmail.com

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia- Universidade Estadual de Maringá

Elpídio Serra

serrapge@gmail.com

Pós Graduação em Geografia- Universidade - Universidade Estadual de Maringá

Resumo: A COPAVI é uma experiência bem sucedida de assentamento rural constituída no trabalho coletivo sob uma modalidade de cooperativismo. O que a diferencia dos demais assentamentos é que a maioria dos trabalhadores, ao alcançarem o acesso a terra pela reforma agrária, tende a explorá-la individualmente. A COPAVI adota um minucioso planejamento, priorizando atividades no coletivo; a produção é organizada conforme a capacidade de mão de obra, de matéria-prima e, sobretudo, a demanda do mercado. A prioridade atual é a produção para o autoconsumo, com enfoque na comercialização de derivados da cana-de-açúcar. As informações foram obtidas mediante trabalho de campo e conversa informal com membros associados do assentamento. Procurou-se abordar a questão agrária e as diferentes formas de produzir no espaço agrário.

Palavras-chaves: Reforma Agrária. Assentamento rural. Cooperativismo. Comercialização.

Resumen: La Cooperativa de Producción Agrícola de la Victoria (COPAVI) es una experiencia exitosa de asentamiento rural incorporado en el trabajo colectivo bajo una forma de cooperativas. Lo que lo distingue de los otros asentamientos es que la mayoría de los trabajadores, para lograr el acceso a tierras para la reforma agrária tiende a explotarlo de forma individual. El COPAVI requiere de una planificación cuidadosa, dando prioridad a las actividades en el colectivo. La producción se organiza bajo la mano de capacidad de trabajo, materias primas y, sobre todo, la demanda del mercado. La prioridad actual es la producción para el auto. En cuanto a la comercialización, el enfoque actual es los derivados de la caña de azúcar. La información se obtuvo a través del trabajo de campo y de la conversación informal con miembros asociados de la liquidación. Se aborba la cuestión agraria y las diferentes formas de producir el espacio agrícola.

Palabras clave: La reforma agraria. Asentamiento rural. Cooperativismo. Marketing.

Abstract: The Cooperative Agricultural Production Vitória (COPAVI) is a successful rural settlement experience consisting in a collective work under a cooperative mode. What sets it apart from other settlements is that most workers to achieve access to land, by land reform, tend to exploit it individually. The COPAVI takes careful planning,

prioritizing activities in the collective. The production is organized under the hand of ability to work, raw materials and, above all, the market demand. The current priority is the production for self. As for marketing, the current focus is the derivatives of sugarcane. The information was obtained through field work and from informal conversation with members of the settlement members. This paper focus agrarian question and the different ways of producing the agricultural space.

Keywords: Agrarian reform. Rural settlement. Cooperativism. Commercialization.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa entender a forma de organização de um assentamento rural localizado no Noroeste do Estado do Paraná, no município de Paranacity, a COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória. Esses assentados, envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária, aceitaram participar de uma proposta mais ampla, tratando-se do cooperativismo de produção, que é um tipo de organização tendo como base as exigências da legislação de cooperativas vigentes no país e as necessidades apontadas no planejamento anual. A ressalva, no caso, é que, com relação às demais cooperativas, se trata de um cooperativismo não tão rígido como o exigido na lei, podendo em assembleia serem alteradas certas deficiências apresentadas no coletivo visando melhorias para todos. Como a COPAVI tem um caráter coletivo, todos primam pelo desenvolvimento de todos. Quem mora no assentamento tem de cumprir as normas internas de funcionamento estabelecidas no Regimento Interno. Apesar das diferenças entre os cooperados, existe um objetivo comum e, quando surgem problemas mais sérios de relacionamento, eles são discutidos nos núcleos das famílias. Na COPAVI, a remuneração do trabalho se dá por hora trabalhada. Essa foi a forma encontrada para fazer a distribuição das sobras, tornando-se donos do resultado final do seu trabalho.

A história da Copavi, ou seja, a história da luta nela estabelecida pela sua posse é rica em detalhes. O ato de fundação da Cooperativa encerra o longo período de luta pela terra e marca o início efetivo do assentamento rural. Serve de reflexão sobre as questões da reforma agrária, bem como sobre as diferentes formas de produzir e/ou cultivar na agricultura.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA E AS DIFERENTES FORMAS DE PRODUZIR

A questão agrária está no centro do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico no Brasil, assim como a questão da escravidão estava nas próprias raízes do Estado monárquico no Brasil imperial. Tanto que o término da escravidão negra em grande parte decretou o término da monarquia. O longo tempo da questão agrária aponta para os bloqueios, dificuldades e possibilidades para que o Estado faça uma revisão agrária de alcance histórico e estrutural, mais contida ou mais ousada (MARTINS, 1999).

Para Martins (1999), o tema da reforma agrária é um dos mais equivocados nos embates políticos e partidários no Brasil. Equivocado pelo modo como é habitualmente proposto em diferentes meios, e pela enorme carga de subinformação que o acompanha, pelas descabidas paixões que desperta, pela real ignorância do tema que se manifesta em muitas das opiniões a respeito. A hipótese nuclear é que os conflitos agrários são a expressão da luta e da resistência dos trabalhadores e trabalhadoras pela democratização do acesso a terra. Os movimentos sociais são vítimas e não responsáveis pela violência no campo.

No Brasil, as mudanças de governos alteram a tratamento conferido aos conflitos agrários e à violência, todavia a solução de ambos passa pela realização da reforma agrária. Segundo Buainain (1997), a partir de 1960 ocorre o início da fase de modernização da agricultura brasileira, fase durante a qual um conjunto de instrumentos e de políticas foi ativado para atualizar o setor rural. Dentre as mudanças ocorridas, uma delas foi a chamada Revolução Verde. Esse tipo de agricultura recebeu as benesses do chamado crédito rural para auxiliar no processo de produção e nas relações com os demais componentes da economia. As inovações tecnológicas, como a mecanização e a colocação de vários insumos industrializados à disposição dos agricultores, completou a caracterização inicial dessa nova agricultura.

A Revolução Verde, segundo Lastres, Cassiolato e Arroio (2005, p. 106):

[...] é um programa que teve como objetivo contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através de desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas, resistentes às doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas culturais modernas e eficientes.

O objetivo era a oferta de mais alimentos, ou seja, aumentar a produtividade agrícola, assim promovendo uma receita cambial para sustentar o desenvolvimento capitalista e gerar mais emprego na agricultura e na indústria, além de outros fatores. Muitas foram as vantagens da modernização da agricultura pois, com o aumento da produtividade, os governos melhoraram muitos serviços, aumentaram o intercâmbio tecnológico entre diversos países, promoveram melhorias na educação e criaram muitos centros tecnológicos para o desenvolvimento da agricultura. Segundo os mesmos autores, os resultados foram positivos em muitos países, principalmente naqueles em que houve uma redistribuição de terras, como no México. Já em países com histórico latifundiário, como o Brasil, podem-se destacar pontos negativos como o êxodo rural e, conseqüentemente, o aumento da população urbana, surgindo daí as favelas, “[...] mas esta é uma questão política e não genética” (LASTRES; CASSIOLATO; ARROIO, 2005, p. 127).

Afirma-se, no entanto, que a Revolução Verde trouxe vários aspectos negativos, como por exemplo o avanço das fronteiras agrícolas sem a preocupação com a degradação do meio ambiente, com o aumento de pragas e de doenças, com insistência na prejudicial monocultura e com o empobrecimento nutricional dos alimentos.

Os defensores da Revolução Verde sustentam a ideia de que os países em desenvolvimento deveriam optar por um modelo industrial com uso intensivo de fertilizantes e de

pesticidas para aumentar a produção e a economia do país. Contrariamente a essa ideia, vem ocorrendo o aumento do número de agricultores defensores da agricultura agroecológica (ALTIERI, 2004). Ainda para Altieri (2004), a justificativa para o levantamento da bandeira da agricultura agroecológica é defender a produção de alimentos saudáveis em quantidades suficientes e, ao mesmo tempo, preservar os recursos naturais. A intenção é que os países adotem o sistema em desenvolvimento da agroecologia com ênfase na biodiversidade e na reciclagem de nutrientes, na sinergia de cultivo, de animais e de solos e de conservação dos recursos naturais.

Outra consequência negativa da Revolução Verde foi a compressão dos espaços e das condições das pequenas propriedades rurais, a ponto de inviabilizá-las. Assim, para sobreviverem nesse novo ambiente, os pequenos agricultores aos poucos perceberam que era preciso superar o individualismo e juntar forças para lutar e persistir para permanecer no campo. Ficou logo explicitado que criar associações era a forma para se desenvolver mais na pequena propriedade. Era porém difícil formular em detalhes como deveria ser o novo modelo tecnológico adequado às novas necessidades da agricultura. Mesmo atualmente, segundo Gorgen (2004), fica ainda a indagação de como é possível substituir o modelo tecnológico da Revolução Verde pelo modelo tecnológico da agricultura ecológica. Guterres (2006) indaga sobre a necessidade de alterar a atual sociedade, sendo essa de produção industrial consumista e individualista, que danifica os ecossistemas. É preciso alterar para uma sociedade de sustentação de toda a vida.

Numa análise crítica desse processo de modernização da agricultura brasileira, Silva et al. (1983) consideram que o padrão tecnológico implantado direcionou-se basicamente para a expansão do complexo agroindustrial e não foi absorvido completamente pelos pequenos produtores, os quais como resultado, se mantêm defasados em relação às unidades modernizadas. Quanto ao que seja a pequena propriedade, alerta Martine (1991, p. 22), “[...] é preciso recordar que a definição daquilo que constitui ‘grande’, ‘pequena’, e ‘média’ propriedade pode variar muito de acordo com os contextos históricos, espaciais, temporais e as condições tecnológicas prevalecentes”. Entende-se que o processo de modernização também passou a se chamar de ‘desenvolvimento’, privilegiando o consumo e o bem-estar de uma pequena parte da sociedade brasileira, mediante o crescimento econômico ocorrido com o modelo de agricultura ‘moderna’, essa que nada mais é do que o uso maciço de produtos químicos, regime agrícola de monocultura e redução de mão de obra (BONILLA, 1992). De acordo com Veiga (1998), o conceito de desenvolvimento possui uma longa história de construção, sendo ainda tema de debates e de controvérsias, pois ocorre a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico.

Define-se que o atual sistema econômico, o capitalismo, mantém-se com o princípio dominante de visar à exploração dos recursos naturais de forma ilimitada. O termo ‘natureza ilimitada’ é reconhecido principalmente por quem detém o poder, que se propõe a explorar ilimitadamente para garantir cada vez mais lucros. Ainda segundo Guterres (2006, p. 87), “[...] é o sistema agroecológico que propõe mudanças profundas na agricultura e nas formas de produção, ou seja, uma produção com e não contra a natureza”. Discute-se a necessidade de mudanças perante tal situação, pois é imperioso, para assegurar um futuro

pródigo, tanto para a humanidade quanto para a Terra, que as alternativas agroecológicas sejam consideradas nessa transformação.

As modificações para se construir um modelo econômico viável abrangem questões econômicas e questões tecnológicas voltadas ao atendimento das necessidades da população e não do capital (GORGEN, 2004). Para Amin e Tchuigou (2003), “[...] em sua fase de ascensão, a expansão capitalista integrou a muitos junto ao processo de exclusão”. As mídias tem papel fundamental na investidura da questão do capital, pois os pacotes tecnológicos são vendidos com muita propaganda, promessa de ganhos fáceis, de produzir sempre mais e de gerar cada vez mais lucro.

A Agricultura Verde foi uma imposição do grande capital nacional e internacional. A justificativa era a ideia de impor uma cultura ‘moderna’, ‘eficiente’, ‘competitiva’ em contraposição ao ‘atrasado’, ao ‘sem tecnologia’. Esse modelo de moderno é presenciado e praticado nas grandes propriedades agrícolas pela maior capacidade de financiamento, ainda que com aumento de custos. O crescimento do lucro permite aquisição de mais tecnologia mecânica, que resulta em desemprego progressivo.

Discutem-se temas relacionados aos princípios e estratégias adotar diante de tais situações conflituosas e como resistir ao modelo econômico atual, qual o futuro das sociedades rurais defronte às inovações, tanto na maneira de produzir, quanto na de consumir e de comercializar os produtos.

Para Amin e Tchuigou (2003, p. 40),

[...] a resistência social dos camponeses e povos indígenas à exclusão social exigirá um processo prolongado das suas identidades social e étnica através da redescoberta de seus saberes, habilidades e práticas de produzir, de se alimentar e de cuidar da saúde.

Como diz Ehlers (1999, p. 12), “[...] os sistemas alternativos são mais diversificados, exigem maior capacidade de gerenciamento, mão-de-obra qualificada e mais conhecimentos técnicos e pesquisa sobre as inter-relações dos diferentes componentes do ecossistema”. Segundo Altieri (2004), a pesquisa e o desenvolvimento agrícola deveriam ocorrer ‘de baixo para cima’, utilizando e construindo sobre recursos já presentes. Cabe à população do campo adaptar seus conhecimentos aos recursos já disponíveis. Percebe-se que a Agroecologia oferece maiores vantagens do que a Revolução Verde, pois são alternativas economicamente viáveis e muito mais saudáveis. A ideia é conservar os recursos mantendo altos rendimentos.

De certa forma, buscam-se meios de viver em harmonia com a natureza e não avançar sobre o natural como se fosse um meio inesgotável e a ser usufruído apenas para gerar lucro. Mesmo que haja a necessidade de produzir, mesmo assim é possível o resgate da natureza mediante a utilização de recursos tecnológicos e culturais, numa proposta que permita reduzir, produzir e reproduzir sem danos à vida humana, à vida animal e ao desenvolvimento vegetal (AMIN; TCHUIGOU, 2003).

De fato a tecnologia não garante a retenção do excedente produzido, porque a produção ocorre no mercado capitalista, e a solução seria adequar o camponês, ou seja, a solução não é tecnológica e sim política (SILVA, 2003). Exige-se, pois, a viabilização de

políticas que sinalizem em direção às práticas conservacionistas e na indução de novas trajetórias que não impliquem na degradação da natureza. Não é uma questão de ‘voltar ao passado’ e sim investir na criação do chamado “capitalismo ecológico” (SILVA, 2003).

Segundo Silva (2003, p. 230), conclui-se pela necessidade de implantar “[...] uma política de desenvolvimento rural articulada em conjunto com políticas agrícolas que amparem os trabalhadores desfavorecidos para superar a condição de miséria em que se encontram”. É necessária maior atenção para quem tem pouca área para cultivar, para quem produz em menor quantidade, mas geralmente produz com maior qualidade.

MODELO AGROECOLÓGICO DE PRODUÇÃO

Segundo Carmo (2003), a Agroecologia dá especial ênfase ao forte sentimento dos agricultores de pertencerem a uma localidade tendo, nos lemas dos movimentos sociais ‘terra para trabalhar e morar’ ou ‘local de trabalho e vida’, os nortes de sua atuação comunitária. Assim, ‘terra para deixar para os filhos’ e ‘água para as gerações futuras’ são pressupostos que estão na base da necessidade de se privilegiar os processos endógenos de mudança a partir do nível local.

Os conceitos ‘local’ e ‘global’ não devem ser vistos apenas como oposição permeando o objeto de estudo, mas uma oposição de métodos. A endogenia do local é caracterizada por uma identidade regional, com elementos físicos e humanos específicos. Por esse motivo, a concepção de território é fundamental em análises agroecológicas nas quais a absorção da singularidade do rural é um desafio metodológico na formulação de políticas públicas locais (CARMO, 2003).

Os assentamentos se constituíram num tipo de luta pela conquista da terra que, ao longo dos tempos, se desdobraram em novas perspectivas, seja de produção, seja de renda, seja de moradia, seja de condições dignas de vida. Assim, com a intenção de promover novas frentes de luta, que se podem buscar por crédito, assistência técnica, infraestrutura física, econômica e social, Veiga (1983, p. 80) afirma:

Reforma agrária não surge nunca de uma decisão repentina de um general, de um partido, de uma equipe governamental, ou mesmo de uma classe social. Ela é sempre o resultado de pressões sociais contrárias e, ao mesmo tempo, é limitada por essas mesmas pressões. Suas consequências e seu alcance, tanto do ponto de vista social como econômico, dependem intrinsecamente da evolução das relações de força entre os camponeses, os assalariados agrícolas, os operários, as chamadas “classes médias”, a burguesia, os grandes proprietários fundiários. Em outras palavras, depende diretamente da evolução da conjuntura política do país.

Em suas aplicações pontuais, a Agroecologia contribui para desmontar os modelos agroquímicos tradicionais, mas sua ação transformadora implica a inserção de suas técnicas e suas práticas em uma nova teoria da produção. A Agroecologia foi definida como um novo paradigma produtivo, como uma constelação de conhecimentos, saberes, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável no campo (LEFF, 2001).

LOCALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO RURAL EM PARANACITY – COPAVI

A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI) é um exemplo de assentamento rural fundado no trabalho coletivo sob uma modalidade de cooperativismo que alcançou êxito no processo de territorialização camponesa.

Figura 01- Assentamento COPAVI



Foto: Fauro, 2015.

O município de Paranacity está situado na região Noroeste do Paraná, a uma altitude de 460 m, tendo como coordenadas geográficas 22°53' S e 52°07' O, tendo os rios Pirapó a leste, formando divisa com o município de Colorado, e o São Francisco a oeste, fazendo divisa com o município de São João do Caiuá. Faz parte da Microrregião de Paranavaí na Região Noroeste do Estado. Encontra-se no domínio do Arenito Caiuá, apresentando 80% de seus solos do tipo arenito e os 20% restantes formados por derrames basálticos (IPARDES, 2015).

A área que hoje pertence à COPAVI, de 252,52 hectares, se chamava Fazenda Santa Maria e foi desapropriada para fins de reforma agrária em 1988 por ser considerada improdutiva, ou seja, o proprietário não estava cumprindo a função social da terra. Considera-se que o solo nesse local é naturalmente integrado por várias fragilidades, por ser arenoso e muito empobrecido pelo cultivo de cana-de-açúcar (COPAVI, 2000).

O contexto da constituição da COPAVI, fundada em 1993, foi de muitos debates sobre o tipo de assentamento a ser implantado no local, ou seja, gerou muita polêmica a questão sobre ser assentamento coletivo ou individual, sendo o primeiro caracterizado pela posse coletiva dos meios de produção, inclusive a terra. Vinte e cinco famílias, as mesmas que ocuparam a Fazenda em 1993, foram assentadas. Este foi também o limite máximo estabelecido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para o assentamento, considerando os fatores extensão e qualidade da terra.

Assim, problemas e questões pertinentes foram decididos em assembleia geral, realizada ordinariamente a cada mês, e regida por um estatuto social. É nesse espaço que as principais decisões foram tomadas, como, por exemplo, a análise e a aprovação da prestação de contas do grupo coletivo de produção. Nessa instância (nos chamados setores por produção), passam a aprovar o balanço financeiro do ano anterior, eleger os coordenadores do conselho deliberativo e também definir as linhas gerais de ações do ano (os planos anuais) e os planos de médio prazo. Todos os assentados passaram a participar, mas o direito a voto é somente dos cooperados, que são os assentados, e filhos maiores de 18 anos. Nas cooperativas organizadas democraticamente, o social prevalece sobre o capital. Dessa forma, são as pessoas que a compõem que regem seu funcionamento.

A COPAVI produz, industrializa e comercializa vários produtos de origem vegetal e animal com fins alimentícios, provenientes de cultivos ou criação, não havendo produtos de origem extrativista, seja vegetal ou mineral. Além da produção do assentamento (hortaliças diversas, leite, queijo, iogurte, pães, biscoitos diversos, rapadura, melado e cachaça) a pedido dos clientes, foram incluídos produtos que não são produzidos na Cooperativa, e sim provenientes de outros assentamentos, bem como adquiridos de intermediários.

Segundo análise realizada pela COPAVI, as dificuldades em expandi-la estão relacionadas com os custos de distribuição pois, apesar de as cidades estarem próximas, o volume das vendas realizadas nesse varejo não é muito grande, o que acaba fazendo com que os custos sejam elevados. A principal importância atribuída a esse tipo de comércio está na manutenção de um relacionamento permanente com as famílias da cidade, inclusive alguns dos produtos ali cultivados e transformados são exportados para países da Europa (ZENERATTI, 2002).

Dado o caráter coletivo da COPAVI, todo o dinheiro recebido foi destinado à Cooperativa, como forma de investimento comum. Aproveitando-se de uma pequena área remanescente de cana-de-açúcar, deram continuidade à sua produção e a agregação de valor. Com isso, passaram a produzir rapadura e cachaça. A atividade de agroindustrialização foi iniciada justamente durante a fase de ocupação com produção de rapadura.

Atividades de destaque na COPAVI são a pecuária leiteira, em que a técnica utilizada para a reprodução bovina é a inseminação artificial e a ordenha mecânica. A horticultura é destinada ao autoconsumo e à comercialização - a COPAVI mantém uma horta que abastece a cozinha do assentamento e o excedente é para o mercado. A base da produção é agroecológica, que se soma aos derivados da cana-de-açúcar.

Os assentados têm um significativo grau de conscientização em relação aos métodos de produção. Dia a dia tentam desenvolver a consciência ambiental em suas tarefas mediante a introdução de novas técnicas.

Além da terra e da renda, as famílias conquistaram, ao longo desses anos, outros direitos e ganhos. Cada família tem um lote de terra de 500 m² para construir sua casa e o restante da terra é de propriedade coletiva, em nome da Cooperativa. Assim, quando famílias resolvem deixar o assentamento, não podem vender nem a terra nem os bens da Cooperativa.

Observa-se que as moradias são de alvenaria, embora algumas ainda estejam sem revestimento (não tendo nem mesmo reboco), e dispõem de água potável e de energia elétrica. Os banheiros com sanitários são localizados dentro da casa, providos de fossa negra para o esgoto. A casa pertence ao assentado, que, de acordo com suas possibilidades, vai melhorando-a e ampliando-a.

Almoço e café da manhã acontecem no refeitório coletivo para todos os moradores do assentamento. O valor do almoço é deduzido mediante a quantidade consumida, como num *self service*, onde as pessoas se servem e o peso é anotado. As verduras e sobremesas são colocadas à parte e podem ser servidas à vontade, não entrando na dedução. Os valores descontados referentes às refeições (café e almoço) representam em torno de 10% do valor das sobras mensais das famílias. O objetivo do restaurante é a liberação de mão de obra familiar, principalmente das mulheres, para as atividades produtivas. Esse espaço também acaba sendo importante para comunicados e discussões breves acerca de questões internas da Cooperativa ou mesmo para o repasse de informes externos.

O sucesso da COPAVI constitui prova de que o sistema funciona e é eficiente. Mesmo assim existem os desafios, que devem ser constantemente discutidos no coletivo à procura de soluções eficientes, que beneficiem a todos nas mesmas proporções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia deste relato foi caracterizar as diferentes formas de produzir no meio rural e a conquista, por meio de uma ocupação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), de uma área de apenas 252,52 hectares de monocultura de cana-de-açúcar numa região de latifúndios, passando pela implantação do assentamento até a fase atual, que é a de gerar, de forma permanente e coletiva, meios para nela permanecer dignamente.

Pode-se perceber que a COPAVI é um sistema de cooperativa ajustada ao meio capitalista, pois é respeitada a divisão das tarefas, das terras e dos lucros. Nos casos dos contingentes de agricultores sem terra no Brasil contemporâneo, a conquista da terra foi e é muito importante para muitas famílias. Depois de conquistada a terra, com o assentamento se fazem necessárias políticas agrícolas que ajudem a pequena produção, pois é a que caracteriza a implantação dos assentamentos. Constatou-se que, no caso da COPAVI, os efeitos de uma política de assentamento bem definida, não só para as famílias diretamente beneficiadas, mas também para a região onde foram assentadas.

Os assentamentos são, certamente, resultado da conquista dos trabalhadores, mas também se fazem fundamentais políticas públicas específicas que apoiem o desenvolvimento dessas áreas. A COPAVI tem uma boa gestão administrativa autogestionária e conseguiu viabilizar o assentamento do ponto de vista organizacional porque tem como princípio e suporte a própria organização do MST. Apesar de funcionar como uma empresa, seus fins estão associados à satisfação das necessidades das pessoas como um todo e, nesse aspecto, ocorre uma combinação de atividades mercantis e não mercantis

na diversificação das atividades agropecuárias realizadas de forma agroecológica e na agroindustrialização associada à inserção mercantil.

A produção agropecuária de Paranacity, por sua vez, surge como fruto das ações do MST enquanto movimento político e social que potencializa e, ao mesmo tempo, é potencializado pela ação de seus militantes. Em decorrência desse processo, no meio das dificuldades e dos desafios postos, pode-se apontar que o ponto forte da COPAVI está na sua persistente e consistente organização interna. Aponta-se também, como potencialidade, a relação direta entre agricultura e agroindústria praticada pela Cooperativa.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel A. **Biotecnologia agrícola: mitos, riscos ambientais e alternativas**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- AMIN, Samir; TCHUIGOU, Bernard F. Ajudas públicas e proteção aos agricultores: falsos problemas e desafios verdadeiros. A situação internacional da agricultura. **Via Campesina**, Brasília, p. 47-71, jan. 2003.
- BONILLA, José A. **Fundamentos da Agricultura Ecológica: sobrevivência e qualidade de vida**. São Paulo: Nobel, 1992. 260 p.
- BUAINAIN, Antônio M. **Trajетória recente da política agrícola brasileira**. Campinas: Projeto UTF/FAO/036/BRA, 1997.
- CARMO, Maristela do. Assentamentos rurais em São Paulo e a agricultura sustentável em um enfoque de redirecionamento de perspectivas. In: BERGAMASCO, Sonia M.P.; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lucia B. (Orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP/UNIARA, 2003.
- _____. Desenvolvimento territorializado: assentamentos rurais e agroecologia. In: FERRANTE, Vera Lucia B.; ALY JUNIOR, Osvaldo (Orgs.). **Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA, 2005. p. 219-234.
- COPAVI. **Breve histórico do Assentamento Santa Maria**. Paranacity: COPAVI, 2000. 3 p.
- EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- GORGEN, Frei S. A. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GUTERRES, Ivani. **Agroecologia militante: contribuições de Ênio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- IPARDES. **Cadernos estatísticos: município de Paranacity**. Disponível em: <www.ipar des.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2015.
- LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; ARROIO, Ana. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, n. 23, mar. 1991.
- MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999.
- SILVA, José Graziano da et al. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 3, n. 4, out./dez. 1983.
- _____. Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto**. São Paulo, 1998. 27 p.

_____. **O que é reforma agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

ZENERATTI, Fábio Luiz. **O assentamento rural coletivo COPAVI: contradições e avanços no processo de territorialização camponesa.** Londrina, 2002. Dissertação (Mestrado em Biotecnologia) - Universidade Estadual de Londrina.